



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PARECER NO PROJETO DE LEI Nº 95/2025

Sala de Comissões, 12 de dezembro de 2025.

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 95/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PARECER Nº 79/2025

Ementa: “**Autoriza abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação. Trata-se Emenda Parlamentar Individual por indicação de Cristiane Lopes com a finalidade: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária em Saúde para Cumprimento das Metas Nacional, proposta nº 36000648159202500 - Transferência FNS Fundo a Fundo**”.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 95/2025 tem por finalidade autorizar a abertura de **crédito suplementar**, fundamentado em **excesso de arrecadação** decorrente da entrada de recursos oriundos de **Emenda Parlamentar Individual** indicada pela Deputada **Cristiane Lopes**.

A emenda tem por objetivo o **Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços da Atenção Primária em Saúde (APS)**, vinculada ao cumprimento das metas nacionais da Política de Atenção Primária, conforme Proposta nº **36000648159202500**, transferida pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde via **Transferência Fundo a Fundo**.

O crédito suplementar será aplicado no **Projeto/Atividade 2.038**, utilizando a natureza de despesa **33.90.30.00 – Material de Consumo**, totalizando **R\$ 200.000,00**, destinados ao reforço das ações de custeio da rede de atenção primária municipal.

A justificativa apresentada pelo Executivo evidencia que os recursos ingressaram efetivamente na conta específica do Fundo Municipal de Saúde e configuram excesso de arrecadação, permitindo sua incorporação ao orçamento conforme a legislação.

II - ANÁLISE FISCAL

A proposição atende ao art. 43, §1º, II, da Lei nº 4.320/64, que autoriza a abertura de créditos suplementares lastreados em excesso de arrecadação. O crédito suplementar não cria nova despesa permanente, não constitui ampliação de programa de caráter continuado e não gera encargos futuros ao Município além daqueles já previstos para manutenção da Atenção Primária.

Trata-se de receita transferida pela União, de aplicação específica, portanto plenamente enquadrada nas normas fiscais. Não há impacto negativo sobre as metas estabelecidas na LDO, nem sobre o equilíbrio fiscal do ente municipal. A medida não requer compensação tributária, pois não se trata de renúncia de receita.

Conclui-se que o projeto é fiscalmente regular.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PARECER NO PROJETO DE LEI Nº 95/2025

III - ANÁLISE FINANCEIRA

Os recursos da emenda parlamentar já ingressaram no Fundo Municipal de Saúde, caracterizando o excesso de arrecadação necessário à abertura do crédito suplementar. O valor de **R\$ 200.000,00** será aplicado no custeio da Atenção Primária, especialmente para aquisição de materiais de consumo, insumos, medicamentos, EPIs e demais suprimentos necessários ao funcionamento das unidades básicas.

A medida é financeiramente pertinente, pois fortalece a capacidade operacional do Município, melhora a execução de serviços essenciais e não gera passivos financeiros futuros. Trata-se de um reforço pontual que melhora a qualidade da assistência prestada, sem comprometer o fluxo de caixa municipal ou gerar obrigações permanentes.

Assim, o crédito é financeiramente viável e adequado.

IV - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

O crédito será suplementado no **Projeto/Atividade 2.038**, com classificação **33.90.30.00 - Material de Consumo**, natureza compatível com custeio de ações da Atenção Primária.

A suplementação está alinhada à LOA vigente, à LDO e ao PPA, não alterando programas ou ações previamente aprovados. Apenas reforça área que já integra o planejamento orçamentário municipal, garantindo maior eficácia operacional às equipes de saúde da família, agentes comunitários, equipes multiprofissionais e unidades básicas.

A classificação econômica, funcional e programática está correta, e o uso dos recursos observa rigorosamente a vinculação específica da emenda. Não há irregularidades orçamentárias.

V - CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

A documentação do Executivo comprova a origem dos recursos, os valores recebidos e a vinculação ao incremento temporário da Atenção Primária. O reforço orçamentário é coerente com a necessidade de ampliar a capacidade de resposta da rede básica, especialmente em metas nacionais relacionadas à prevenção, controle de doenças crônicas, atendimentos contínuos e suporte às equipes municipais.

Recomenda-se que a execução observe as normas do Ministério da Saúde, com registros nas plataformas oficiais e plena transparência na aplicação dos recursos.

VI - ANÁLISE DE MÉRITO

O mérito do é favorável, pois destina R\$ 200.000,00 ao custeio da Atenção Primária, setor responsável pela porta de entrada do sistema de saúde e pela maior parte dos atendimentos do SUS no Município. A emenda fortalece a capacidade operacional das unidades básicas, melhora o atendimento



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PARECER NO PROJETO DE LEI Nº 95/2025

à população e cumpre metas federais exigidas para o financiamento da APS. A proposta é oportuna, eficiente e atende diretamente ao interesse público.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão Permanente de Finanças e Orçamento conclui que o **Projeto de Lei nº 95/2025** atende aos **requisitos legais, fiscais, financeiros e orçamentários**, estando em conformidade com a legislação aplicável.

Dessa forma, a Comissão manifesta-se **favoravelmente à tramitação e aprovação** do projeto, **com os votos individuais de seus membros devidamente registrados**, em observância aos princípios da **transparência, legalidade e responsabilidade fiscal**, concluindo, assim, a apreciação da matéria no âmbito desta Comissão.

☒ Favorável () Contrário () Abstenção


Reginaldo Pereira de Aquino
Presidente

() Favorável () Contrário () Abstenção

Uémersom Rômulo Lopes da Silva
Secretário

☒ Favorável () Contrário () Abstenção


Itamar Antonio Constancio
Membro